

Precariedade adia “saída do armário” em Portugal, Espanha e Itália

Investigação inédita analisa relações conjugais em modelos alternativos de orientação sexual nos países do sul da Europa até 2019

CHRISTIANA MARTINS

Não se identifica para proteger a privacidade e para cumprir as regras do estudo em que participou como voluntária. Mas o retrato é rigoroso: portuguesa, entre 30 e 40 anos, habilitações superiores, bissexual e a viver há 15 anos uma relação poliamorosa, ou seja, não monogâmica.

O nome do projeto em que colaborou é longo e difícil: “Intimate — Cidadania, Cuidado e Escolha: A Micropolítica da Intimidade na Europa do Sul”. E esta mulher, identificada com o nome fictício de Vera, foi uma das 15 participantes da primeira fase de uma investigação inédita sobre lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros (LGBT) em Portugal, Espanha e Itália.

O financiamento é relevante — 1,4 milhões de euros — e o objetivo ambicioso: “Contribuir para a inovação jurídica, política e cultural no campo da cidadania das pessoas LGBT.” Como? Através da análise comparativa da experiência dos entrevistados, confrontada com pesquisa documental e entrevistas a especialistas. Para já, segundo Ana Cristina Santos, coordenadora da investigação, fica a certeza de que “os três países partilham uma experiência de homofobia comum, primeiro em casa e depois na rua, que se agravou com a crise”.

Na conversa com o Expresso, para se referir a si própria, Vera usa frequentemente pronomes ora no feminino ora no masculino. Assume que uma ligação poliamorosa “não é fácil, porque o ciúme existe”. O que é preciso, explica, é seguir a regra do “respeito pela intimidade de cada indivíduo e cada relação”. Por exemplo, não perguntar nada sobre como a sexualidade é vivida pelos vários parceiros. Três pessoas que se conheciam bem e até tentaram viver juntas, mas não deu certo: “Era difícil gerir os tempos individuais e os relacionamentos a dois, era tudo sempre a três.”

Qual é então a vantagem deste tipo de vínculos? “Somos mais do que as nossas relações”, responde. E o que é impossível numa relação aberta? “A mentira, a falta de honestidade”. E, apesar de recusar a monogamia, diz que nunca se sentiu promíscua: “Nem todas as relações têm de durar a vida toda.”

Os primeiros resultados serão apresentados no fim do mês, em Coimbra, numa conferência internacional, e revelam que a precariedade coloca “ameaças sérias à independência económica e à autonomia individual” e, sobretudo, alertam que “a transformação jurídica não esvaziou os quotidianos LGBT de situações de violência e discriminação”. “Trabalhamos com estereótipos para os desconstruir e provar que já não refletem a diversidade existente e que é preciso tornar os modelos jurídicos mais flexíveis para acatar a realidade”, garante Ana Cristina Santos.

O destaque vai para a influência da precariedade laboral na vida dos entrevistados e na demora em assumir a opção sexual: “As pessoas têm uma emancipação tardia, demoram a sair da casa dos pais e adiam a ‘saída do armário’, dificultando a possibilidade de terem um projeto de vida familiar. O modelo económico, mais do que o jurídico, limita as opções.”

No âmbito da investigação, que se

“Sempre que vou à minha terra, a Rocío vai comigo. E claro, há coisas que continuam a incomodar. Se encontramos alguém conhecido, a minha mãe diz sempre: ‘Esta é a colega de casa da Elisa’. Tem medo de dizer a verdade e obriga-me a esconder-me sem que eu queira”

Anónima, lésbica, Espanha

“É necessário consciência de que isto não é uma fase passageira. É preciso integrar esta realidade das relações no sistema legal. A maternidade e a paternidade, os cuidados das pessoas, a economia e os direitos legais”

Apha Behn, ativista e especialista de poliamor, Espanha

“Não só não somos minimamente visíveis como não temos direitos nenhuns. Temos até dificuldade em perceber quais são os nossos direitos. No quotidiano vemos sempre coisas de casais... Pequenas coisas já de si chatas, porque somos três e não queremos ir a dois, queremos ser considerados os três”

Susana, 30 anos, bissexual poliamorosa, Portugal

“Tenho muitos conhecidos heterossexuais, amigos, que vão à Marcha do Orgulho, muitas pessoas com filhos que apoiam. Elas ajudam-nos a abrir mentalidades. É a minha vitória”

Vittoria, mais de 30 anos, lésbica, Itália

“Há seis anos, tentei adotar uma criança, mas ainda estou à espera. A justificação que me deram foi que se houver um casal heterossexual e eu, nas mesmas circunstâncias, vão preferir o casal”

Alex, mais de 40 anos, numa relação lésbica há mais de duas décadas, Portugal

estende até 2019, serão realizados estudos em cada um dos países à volta de três eixos: conjugalidade, parentalidade e amizade, tendo em conta as realidades relatadas por pessoas que se definem como lésbicas, gays, bissexuais e transgénero e tendo em conta situações como procriação medicamente assistida, maternidade de substituição ou a prestação de cuidados entre pessoas trans e a coabitação de amigos na idade adulta.

Sociedade hetero

Nas entrevistas, explica Ana Cristina Santos, foi possível perceber, que “há um modelo que enquadra a ação da sociedade e que parte sempre do pressuposto de que uma pessoa é heterossexual”. Por isso “continuam a ser referidas pelas mesmas entrevistadas situações de bullying, abuso ou despreparo, por exemplo, dos manuais escolares em refletir a diversidade de opções sexuais”. Consensuais são as críticas dos entrevistados a situações do quotidiano como o tamanho das camas disponíveis nos quartos de hotéis ou os pacotes de férias só para casais.

Mas houve surpresas, como em Portugal surgirem mais voluntárias do que voluntários em ligações poliamorosas ou perceber o “duplo preconceito” associado às relações poliamorosas bissexuais, que, segundo a investigadora, “acumula a rejeição da opção sexual com a recusa da monogamia, com a mulher poliamorosa a somar o preconceito da orientação sexual à ideia de promiscuidade”. Também ficou evidente que “a falta de modelos gera angústia nestas pessoas” e que conceitos como lésbica, por exemplo, já são redutores perante a diversidade de opções sexuais.

A investigação começou a ser desenhada no Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, há dois anos, quando alcançou o estatuto de primeiro estudo aprofundado sobre cidadania íntima na Europa do Sul, tendo conquistado então o financiamento do European Research Council para desenvolver pesquisas durante cinco anos. A coordenação da equipa multidisciplinar composta por investigadores espanhóis, portugueses e italianos coube à socióloga portuguesa Ana Cristina Santos.

Além das entrevistas biográficas — 15 por estudo, cinco em cada um dos três países, num total de 90 — a pessoas entre os 25 e os 45 anos que vivem nas capitais de Portugal, Espanha e Itália, foram ainda realizadas 27 entrevistas a especialistas de áreas tão distintas quanto a saúde, o Direito, o ativismo ou a política.

Destas conversas os investigadores perceberam que as reivindicações jurídicas não são centrais mas, apesar de não sublinharem este aspeto, os voluntários referem a necessidade de flexibilizar a regulação dos direitos parentais e laborais, sobretudo nas relações poliamorosas.

Ficou ainda evidente a “importância dos espaços de ativismo, espaços virtuais e das universidades como fontes de informação e reflexão” para as pessoas que assumem diferentes opções sexuais e de relações. E sublinharam a relevância das redes de amizade num contexto de desproteção jurídica.

camartins@expresso.imprensa.pt